VANESSA RODRIGUES PERES BRAZ

**A ANTINOMIA JURÍDICA NOS CASOS DE ACIDENTES DO
TRABALHO – SEGURIDADE SOCIAL X RESPONSABILIDADE
CIVIL OBJETIVA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Ari Possidônio Beltran

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

VANESSA RODRIGUES PERES BRAZ

**A ANTINOMIA JURÍDICA NOS CASOS DE ACIDENTES DO
TRABALHO – SEGURIDADE SOCIAL X RESPONSABILIDADE
CIVIL OBJETIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Ari Possidônio Beltran.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Braz, Vanessa Rodrigues Peres

A antinomia jurídica nos casos de acidentes do trabalho – seguridade social x responsabilidade civil objetiva / Vanessa Rodrigues Peres Braz. -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2017.
129f.

Orientador: Professor Associado Dr. Ari Possidônio Beltran.

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Trabalho e da Seguridade Social, 2017.

1. Acidentes do trabalho. 2. Seguro de acidente do trabalho. 3. Seguridade social. 4. Responsabilidade civil no direito do trabalho. 5. Responsabilidade civil objetiva. I. Beltran, Ari Possidônio. II. Título.

CDU

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Professor Associado Dr. Ari Possidônio Beltran
Universidade de São Paulo

Dedico esse trabalho especialmente à minha mãe, com todo o meu amor, admiração e gratidão, por tudo o que fez por mim ao longo da minha vida em todos os aspectos, sobretudo quanto à minha formação. Espero também poder ter sido merecedora dos esforços dedicados pelo meu pai e meus avós maternos, Ana e Alfredo, que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ari Possidônio Beltran, pela oportunidade de realizar este trabalho ao lado de alguém que transpira sabedoria; meu respeito e admiração pela sua serenidade, capacidade de análise do perfil de seus alunos, e pelo seu dom no ensino da Ciência, inibindo sempre a vaidade em prol da simplicidade e eficiência.

Ao meu namorado, Gabriel, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

Registro também meu agradecimento à Profa. Dra. Ana Amélia Mascarenhas Camargos, por todos os ensinamentos passados durante importante fase da minha vida profissional, assim como pelo incentivo e os importantes direcionamentos em diversos momentos desde o início de minha busca pelo programa de mestrado.

Agradeço ainda à Profa. Patricia Tuma Martins Bertolin, que devido à sua dedicação e forma de ensino me conduziu ao particular universo do Direito do Trabalho, pelo qual me encantei já durante a graduação.

Por fim, não posso deixar de agradecer aos meus amigos e familiares, especialmente minha irmã, por compreenderem minha ausência em certos momentos e principalmente pelo estímulo constante, contribuindo, assim, em mais essa etapa da minha vida.

BRAZ, Vanessa Rodrigues Peres. *A antinomia nos casos de acidentes do trabalho – seguridade social x responsabilidade civil objetiva*. 2017. 129f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade analisar os acidentes do trabalho em sentido *lato sensu* e sua reparação tanto pelo regime especial de acidentes do trabalho, financiado pelo seguro social contra os acidentes do trabalho, como pelo regime da responsabilidade civil do empregador. Inicialmente, será analisado o conceito dos acidentes do trabalho, desde o seu histórico, a tipicidade do acidente, a doença ocupacional, até a concausa, o acidente de trajeto e outras figuras equiparadas. Em seguida, a abordagem se volta para o sistema de proteção social, para se chegar ao surgimento do seguro de acidentes do trabalho e temas relacionados aos benefícios previdenciários, incluindo a configuração do nexo de causalidade. A reparação dos danos decorrentes dos acidentes do trabalho passa então a ser analisada sob o enfoque da responsabilidade civil do empregador – subjetiva e objetiva -, principalmente após a entrada em vigor do Código Civil de 2002. Por fim, destacam-se as relações entre o seguro de acidentes do trabalho e a responsabilidade civil do empregador, passando-se pela análise da conjuntura atual no Brasil e como é tratada a reparação dos danos relacionados aos acidentes do trabalho em alguns sistemas internacionais, para se chegar então a uma possível alternativa fundada na reparação integral dos danos decorrentes dos acidentes do trabalho que respeite os preceitos constitucionais e privilegie a prevenção de acidentes.

Palavras-Chave: Acidente do trabalho. Seguridade social. Seguro contra acidentes do trabalho. Responsabilidade civil. Responsabilidade do empregador. Responsabilidade civil subjetiva. Responsabilidade civil objetiva.

BRAZ, Vanessa Rodrigues Peres. *The legal antinomy in labor accident cases – social security x objective civil liability*. 2017. 129p. Master Dissertation – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

The present study aims to analyze labor accidents in *lato sensu* perspective and their compensation both by the special regime of labor accidents, financed by the labor accidents' social insurance, and by employer civil liability's regime. In first place, the analysis will focus on the concept of labor accidents, from its history, the distinctiveness of the different types of accidents, the occupational disease, until the jointly causes, the road accident and other similar figures. Secondly, the focus turns to the social protection system, until the emergence of labor accidents' social insurance and other issues related to social security benefits, including the causal connection constitution. The compensation for damages resulting from labor accidents is then analyzed under the employer's liability approach - subjective and objective -, especially after the entry into force of the Civil Code of 2002. Finally, will be highlighted the link between labor accidents social insurance and civil liability of the employer, since the analysis of the current situation in Brazil and how to repair the damages related to labor accidents in some international systems, in order to reach a possible alternative based on the full compensation of the damages resulting from labor accidents that respects the constitutional precepts and privileges the prevention of accidents.

Keywords: Labor accident. Social security. Labor accidents' social insurance. Civil liability. Employer liability. Civil subjective liability. Civil objective liability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ACIDENTE DO TRABALHO E FIGURAS EQUIPARADAS	13
2.1. Surgimento e histórico das leis acidentárias	13
2.2. Conceituação atual	17
2.3. Figuras equiparadas – ampliação legal	18
2.3.1. Doença profissional e doença do trabalho	18
2.3.2. Acidente de trajeto	20
2.3.3. Outras hipóteses	21
2.3.4. Concausa	22
2.4. Efeitos dos acidentes do trabalho	24
2.5. Caracterização	25
2.5.1. Comunicação do Acidente do Trabalho – CAT	25
2.5.2. Enquadramento técnico do acidente e espécies de benefícios previdenciários	27
2.5.3. Recurso administrativo contra o enquadramento	28
2.5.4. Ação judicial contra o enquadramento	31
2.6. Prevenção pelo Estado	34
3. O SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO	39
3.1. Evolução do sistema de proteção social	39
3.2. Contexto histórico da criação do subsistema de proteção contra acidentes do trabalho	46
3.2.1. A responsabilidade civil	48
3.2.2. O seguro social de acidentes do trabalho	49
3.3. Acidente do Trabalho e Seguridade Social	51
3.3.1. Benefícios previdenciários acidentários	51
3.3.2. Fator acidentário de prevenção – FAP	55
3.3.3. Nexo técnico epidemiológico previdenciário – NTEP	58
3.3.4. Ação regressiva do INSS	60
4. RESPONSABILIDADE CIVIL	63
4.1. Escorço histórico	63
4.2. Conceito	64
4.3. Elementos	66
4.4. Classificação	70
4.4.1. Quanto à natureza da relação jurídica	70
4.4.2. Quanto ao fundamento	72
4.4.2.1. Responsabilidade civil subjetiva	73
4.4.2.2. Responsabilidade civil objetiva (Teoria do Risco)	74

4.5. Excluentes da responsabilidade civil	76
4.6. Responsabilidade civil no direito do trabalho.....	79
4.6.1. Acidente do trabalho na responsabilidade civil.....	82
4.6.1.1. A Responsabilidade subjetiva do empregador.....	83
4.6.1.2. A Responsabilidade objetiva do empregador	85
4.6.1.3. Imputação objetiva – terceira modalidade?	89
4.6.1.4. Aplicação própria dos elementos da responsabilidade	90
4.6.2. Quantificação da indenização.....	93
 5. O SEGURO DE ACIDENTES DO TRABALHO E A RESPONSABILIDADE CIVIL.....	96
5.1. A coincidência de regimes – Conjuntura atual	97
5.1.1. A cumulação de indenizações	99
5.1.2. A compensação de indenizações	101
5.2. A reparação dos danos relacionados aos acidentes do trabalho nos sistemas internacionais.....	102
5.2.1. França.....	102
5.2.2. Itália.....	105
5.2.3. Portugal	107
5.3. Reflexões sobre o modelo atual brasileiro	111
5.4. Possível alternativa para o problema da necessária reparação integral.....	115
 6. CONCLUSÃO	120
 REFERÊNCIAS	124

1. INTRODUÇÃO

Sempre em busca de melhores acomodações para seus interesses, o ser humano modifica constantemente sua relação com o mundo em que vive, o que traz alterações e inovações constantes para a organização social e do trabalho.

Nesse processo evolutivo, o Direito Brasileiro registra atualmente o rompimento com a clássica visão positivista, substituindo os sistemas tipificados por conceitos abertos, regidos por princípios gerais e valores eleitos fundamentais pela sociedade, sob a justificativa de se extrair dos direitos positivados a sua máxima eficácia.

Nesse contexto, incontroverso que a Constituição Federal de 1988, nossa lei maior, é o diploma que define os valores e os princípios fundamentais da ordem pública, razão pela qual a interpretação das demais leis tidas como ordinárias, situadas no plano infraconstitucional, não pode de forma alguma ir de encontro aos preceitos constitucionais.

Dentre um desses preceitos encontra-se a reparação dos acidentes de trabalho, a qual, segundo nossa Carta Magna, pode se dar, de forma concorrente, sob dois diferentes regimes legais.

Um desses regimes é fundado na teoria do risco, pelo qual a reparação do acidentado se dá pela concessão de benefício previdenciário financiado pelo seguro contra acidentes do trabalho a cargo do empregador e gerido pela Previdência Social. O outro regime, de direito comum, atribui ao empregador a responsabilidade pela indenização dos danos decorrentes do infortúnio laboral quando sua conduta incorrer em culpa ou dolo.

Contudo, após a edição do atual Código Civil, ocorrida em 10 de janeiro de 2002, que em seu artigo 927, parágrafo único, prevê a responsabilidade civil do agente de reparar o dano causado a outrem, ainda que independentemente de culpa, nos casos especificados em lei e *quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem*, passou a tomar força na doutrina e jurisprudência a adoção da chamada teoria do risco, segundo a qual todo aquele que desenvolver atividade passível de causar risco a outrem, deverá indenizar o prejuízo causado, ainda que não tenha incorrido em dolo ou culpa.

Ocorre que, analisando-se historicamente a evolução doutrinária e legislativa da questão da reparação dos danos nos casos de acidentes do trabalho, constata-se que ela se iniciou com o surgimento e posterior abandono da responsabilidade civil, dando lugar ao seguro de acidentes do trabalho.

Desse modo, o retorno à reparação do dano pela via da responsabilidade civil, mormente quando não se constata a existência de dolo ou culpa para a ocorrência do dano, acaba por estimular a decadência do regime especial de acidentes do trabalho previsto na Constituição Federal.

Nesse sentido, importante notar que o ressurgimento da responsabilização civil do empregador por danos relacionados a acidentes do trabalho ocorreu em razão da necessidade de se obter a reparação integral do prejuízo, a qual o Estado, por intermédio da Previdência Social, passou a não conseguir mais alcançar.

Assim, além da natureza indenizatória e busca da recomposição da situação pretérita à ocorrência do dano, o retorno da aplicação da responsabilidade civil do empregador nessas hipóteses tem o objetivo de oferecer ao acidentado uma tutela plena que deveria ser concedida integralmente pela Previdência Social.

Por tal razão se pode afirmar que a adoção da responsabilidade civil objetiva do empregador em casos de acidente do trabalho além de inconstitucional e conflitante com a obrigatoriedade do pagamento do seguro de acidentes do trabalho por todas as pessoas que desenvolvem alguma atividade econômica, é um claro sintoma da atual crise do Estado social brasileiro e, principalmente, do regime de acidentes do trabalho.

Assim, faz-se necessário, por meio de uma análise histórica, bibliográfica, social e jurídica, incluindo a evolução legislativa, doutrinária e jurisprudencial dos institutos dos acidentes do trabalho no contexto do Estado e da seguridade social brasileira, estudar o conflito entre o seguro obrigatório de acidentes do trabalho e a responsabilidade civil objetiva, refletido na antinomia criada pela doutrina e jurisprudência entre o artigo 7º, XXVIII da Constituição Federal e o artigo 927, parágrafo único do Código Civil 2002.

Desse modo, é de extrema relevância um debate profundo sobre a aplicação simultânea desses dois institutos, incluindo a cumulação de indenizações (ou punições) nos casos de acidente do trabalho em que não se constata a existência de dolo ou culpa

exigidos pelo citado dispositivo constitucional para a responsabilização civil.

Por essas razões, no presente trabalho serão abordadas a interpretação e aplicação das normais legais acerca da matéria atinente a estes dois institutos, e ao meio ambiente, saúde e segurança do trabalho, bem como de que forma deve ser interpretada a legislação nacional em consonância com os princípios constitucionais que regem as relações de trabalho, não apenas nas suas existentes lacunas, mas também de modo a se evitar a prática de condutas que conduzem a não reparação do dano relacionado aos acidentes do trabalho.

Nessa toada, também será objeto de análise a forma como é tratada a reparação dos danos relacionados aos acidentes do trabalho em alguns sistemas internacionais, com o objetivo de se chegar a uma possível alternativa fundada na reparação integral dos danos decorrentes dos acidentes do trabalho que respeite os preceitos constitucionais e privilegie a prevenção de acidentes.

Como recurso metodológico, o estudo foi dividido em cinco partes: quatro capítulos, seguidos das conclusões do pesquisador.

No Capítulo 2, será analisado o conceito dos acidentes do trabalho, desde o seu histórico, a tipicidade do acidente, a doença ocupacional até a concausa, o acidente de trajeto e outras figuras equiparadas.

O Capítulo 3 foi dedicado ao sistema de proteção social, abordando sua evolução para se chegar ao surgimento do seguro de acidentes do trabalho e temas relacionados aos benefícios previdenciários, incluindo a configuração do nexo de causalidade.

No Capítulo 4, o tema abordado é a responsabilidade civil, apresentando seus antecedentes históricos, principais aspectos, evolução, conceito, bem como uma incursão sobre as espécies de responsabilidade civil, em especial para diferenciar a contratual da extracontratual e a subjetiva da objetiva. A reparação dos danos decorrentes dos acidentes do trabalho passa então a ser analisada sob o enfoque da responsabilidade civil do empregador – subjetiva e objetiva –, principalmente após a entrada em vigor do Código Civil de 2002.

Por fim, no Capítulo 5 destacam-se as relações entre o seguro de acidentes do trabalho e a responsabilidade civil do empregador, passando-se pela análise da conjuntura atual no Brasil e como é tratada a reparação dos danos relacionados aos acidentes do

trabalho em alguns sistemas internacionais, para se chegar então a uma possível alternativa fundada na reparação integral dos danos decorrentes dos acidentes do trabalho que respeite os preceitos constitucionais e privilegie a prevenção de acidentes.

O presente trabalho foi desenvolvido mediante o uso das técnicas gerais de pesquisa, dando-se ênfase à pesquisa bibliográfica e jurisprudencial e à análise direta da legislação.

6. CONCLUSÃO

No final do século XIX, o modelo de responsabilidade civil do Código napoleônico se deparou com uma nova realidade econômica e social decorrente de modificações provocadas pela revolução industrial. O crescimento da indústria e novos meios de transporte, movidos a vapor, acabaram provocando um brutal aumento no número de acidentes com lesões corporais.

Como em diversas situações o dano ocorre por culpa de ninguém, culpa da própria vítima, ou ainda por caso fortuito ou força maior, e que até então o dever de indenizar era fundado apenas na responsabilidade civil subjetiva, acabava ficando sem solução o problema da reparação do dano. Nesse contexto de crise do sistema de responsabilidade civil ancorado na culpa que ocorreu a evolução da culpa para a teoria do risco.

Assim, após o Código Civil Brasileiro de 1916, que adotava como regra geral a teoria da responsabilidade civil fundada na culpa e, excepcionalmente, em alguns dispositivos, a responsabilidade civil objetiva, em 1919 surge o regime especial de acidentes do trabalho, tendo sido o empregador onerado com a responsabilidade pelo pagamento de indenizações acidentárias.

Referido decreto instituiu a responsabilidade objetiva do empregador, com base na teoria do risco profissional, posto que estabeleceu a obrigação do empregador reparar o dano ocorrido pelo fato do trabalho ou durante este, excetuando apenas os casos de força maior e dolo da própria vítima.

Todavia, não havia qualquer garantia que o pagamento das indenizações seria efetivamente realizado, pois o referido decreto instituiu um seguro de acidentes do trabalho, mas em caráter facultativo. Assim, primeiramente, o seguro facultativo foi substituído por seguro obrigatório privado ou o depósito obrigatório de uma caução em dinheiro.

Finalmente, em 1944, o seguro de acidentes do trabalho tornou-se obrigatório, cujo pagamento devia ser realizado na Instituição da Previdência Social em que estivesse filiado o empregado. Quando da instituição de sua obrigatoriedade, o empregador que pagava o

seguro era exonerado do pagamento de indenização com base na responsabilidade civil do direito comum.

Diante da evolução histórica da reparação acidentária não há dúvida que o seguro contra acidentes do trabalho a cargo do empregador substituiu a responsabilidade civil do direito comum, configurando-se, portanto, em um seguro de responsabilidade civil.

Passou-se a se deparar, contudo, com outro problema: a Previdência Social passou a não conseguir suprir as necessidades dos trabalhadores acidentados, já que os benefícios concedidos na maioria dos casos não alcançam a remuneração recebida pelo trabalhador quando estava em atividade. Tal nova situação ocasionou o retorno à responsabilidade civil do empregador.

Assim, a doutrina e a jurisprudência atuais passaram a adotar a cumulação de ambas as espécies de responsabilidade civil, tanto subjetiva como objetiva, com o seguro obrigatório contra acidentes do trabalho. Todavia, a escolha por esse caminho, ao contrário de beneficiar os trabalhadores acidentados, acaba por lhes impor o ônus de ter de recorrer ao Poder Judiciário para conseguir uma maior reparação do dano suportado.

Da análise histórica da evolução de ambos os regimes, e adotando-se como referência o sistema atual italiano, uma possível alternativa, e que vai ao encontro do quanto preconiza a Constituição Federal sobre a responsabilidade civil do empregador, é a adoção de um modelo híbrido.

Esse modelo consiste na responsabilidade objetiva, decorrente da teoria do risco, ser totalmente abarcada pelo seguro contra acidentes do trabalho a cargo do Estado, enquanto que continua existindo a possibilidade de responsabilização civil do empregador caso ele incorra em dolo ou culpa para o acidente do trabalho.

Ademais, para garantir que os benefícios previdenciários alcancem a reparação integral do dano, o valor da compensação tarifada dos danos pessoais garantido pelo SAT deve ser calculado a partir de critérios atuariais que o aproximem desta reparação integral, de modo a satisfazer as exigências de internalização dos custos de atividade ao mesmo tempo em que garante ao trabalhador uma indenização mais digna.

Outra inovação, que tem como referência o sistema adotado na Itália, é a desvinculação da gestão e fiscalização do seguro contra acidente do trabalho da instituição

ligada à seguridade social, atualmente o INSS, com a criação de um órgão estatal específico, que deverá se dedicar não apenas à arrecadação das contribuições do seguro e pagamento dos benefícios previdenciários acidentários, como também à implantação de uma cultura de prevenção de acidentes.

Considerando ainda que um sistema de indenização deve estimular a prevenção, com a consequente redução dos custos sociais dos acidentes, deve permanecer inalterada a aplicação do FAP – Fator Acidentário Previdenciário, ao servir de moderador do SAT para cada empresa dependendo do seu desempenho quanto à adoção de medidas de prevenção de acidentes do trabalho em relação à sua respectiva atividade.

É possível, portanto, a construção de um sistema de indenização de danos pessoais capaz de realizar satisfatoriamente todos esses objetivos: garantir ao mesmo tempo o direito a indenização decorrente de dano patrimonial sofrido por ocasião do trabalho, a certeza da reparação e a socialização dos riscos por meio do seguro e da prevenção dos acidentes.

Ocorre que um acidente do trabalho, longe de apenas causar prejuízo financeiro à vítima em decorrência de sua incapacidade ou redução de capacidade para o trabalho, causa também abalo à sua moral ao lhe obrigar a situações e privações de âmbito social às quais não seria submetida em condições normais. Além disso, se o infortúnio laboral lhe causar alguma deformidade física, a vítima pode ainda sofrer dano morfológico e estético.

Ante a inegável possibilidade de referidos danos serem passíveis de indenização que tente compensá-los, já que a reparação, em razão da natureza de tais danos, é praticamente impossível, faz-se necessário que a responsabilização civil subjetiva do empregador fique fora do regime previdenciário de acidentes do trabalho, ou seja, que não seja abarcada pelo seguro obrigatório contra acidentes do trabalho.

Assim, concomitantemente à existência do seguro de acidente do trabalho a cargo do empregador, o qual compreende a reparação do dano patrimonial pela responsabilidade objetiva, merece a vítima desse acidente ter o direito de buscar a compensação dos outros danos eventualmente causados pela via judicial com fundamento na responsabilidade civil subjetiva do empregador.

Ademais, estando baseado o seguro contra acidentes do trabalho na teoria do risco,

por óbvio que o ato ilícito (cometido mediante culpa ou dolo) praticado pelo empregador não pode ter sua “reparação” inserida no referido seguro obrigatório.

Desse modo, aos casos em que se comprovar a culpa ou dolo do empregador no infortúnio causado ao empregado permaneceria plenamente aplicável o dever de indenizar baseado na responsabilidade civil subjetiva do empregador, não se devendo olvidar de seu caráter pedagógico-punitivo.

Com a adoção de tal modelo híbrido, estarão não apenas asseguradas a reparação integral do dano patrimonial, a certeza e imediatidade na sua concessão e a prevenção de acidentes, como também a possibilidade de “punição” do agente nos casos de acidentes em que este incorrer com culpa ou dolo.

REFERÊNCIAS

ALTALEX. *Codice civile*. Disponível em: <<http://www.altalex.com/documents/codice-altalex/2015/01/02/codice-civile>>. Acesso em: 16 out. 2016.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. *Direito previdenciário sistematizado*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Aprova a revisão do Código do Trabalho. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/pt/legis/Lei007_2009.html>. Acesso em: 16 out. 2016.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BALERA, Wagner. *Sistema de seguridade social*. 3. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003. p. 133-160.

BARROS, Alice Monteiro. *Curso de direito do trabalho*. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

BELARDO, Leonardo de Faria. A responsabilidade civil no parágrafo único do art. 927 do Código Civil e alguns apontamentos do direito comparado. *Revista de Direito Renovar*, n. 29, maio/ago. 2004.

BELFORT, Fernando José Cunha. *A responsabilidade objetiva do empregador nos acidentes de trabalho*. São Paulo: LTr, 2010.

BELMONTE, Alexandre Agra. *Instituições civis no direito do trabalho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

BELTRAN, Ari Possidônio. *Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade*. São Paulo, LTr, 2001.

BERTUSSI, Luís Antônio Sleimann; TEJADA, César A. O. conceito, estrutura e evolução da previdência social no Brasil. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n20_2003_art2.pdf>. Acesso em 15 fev. 2015.

BRANDÃO, Cláudio. *Acidente do trabalho e responsabilidade civil do empregador*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2006.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. *Panorama da previdência social brasileira*. 3 ed. Brasília: MPS, 2008.

_____. Ministério da Previdência Social. *Previdência social: reflexões e desafios*. Brasília: MPS, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

CAIRO JÚNIOR, José. *O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador*. 7. ed. São Paulo: LTr, 2014.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 12. ed. Florianópolis: Conceito, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. Responsabilidade civil constitucional. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 95, n. 348, p. 197-203, out./dez. 1999.

COMISSÃO EUROPEIA. *Os seus direitos de segurança social em França. Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão*. União Europeia, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/employment_social/empl_portal/SSRinEU/Your%20social%20security%20rights%20in%20France_pt.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO – CITE. Capítulo IV. Prevenção e reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Artigo 281.º Princípios gerais em matéria de segurança e saúde no trabalho. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/pt/legis/CodTrab_LR1_006.html#L006S04>. Acesso em: 16 out. 2016.

COMUNE DI JESI. D.P.R. 30 giugno 1965, n. 1124. *Testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali*. Pubblicato nel Supplemento ordinario alla Gazz. Uff. 13 ottobre 1965, n. 257. Disponível em: <<http://www.comune.jesi.an.it/MV/leggi/dpr1124-65.htm>>. Acesso em: 16 out. 2016.

CORTEZ, Julpiano Chaves. *Responsabilidade civil do empregador no acidente do trabalho*. São Paulo: LTr, 2009.

COSTA, Hertz J. *Acidentes do trabalho na atualidade*. Porto Alegre: Síntese, 2003.

DAL COL, Helder Martinez. *Responsabilidade civil do empregador: acidentes do trabalho*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2005.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. *Responsabilidade civil no direito do trabalho*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2014.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 11. ed. São Paulo: LTr, 2012.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. *Curso de direito previdenciário*. 2. ed. São Paulo: Método, 2010.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983. v. 1.

DINIZ, Maria Helena. *Código civil anotado*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 7.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Teoria da imputação objetiva no direito penal ambiental brasileiro*. São Paulo: LTr, 2005.

_____; URIAS, João. *Direito ambiental do trabalho: apontamentos para uma teoria geral: saúde, ambiente e trabalho: novos rumos da regulamentação jurídica do trabalho*. São Paulo: LTr, 2013. v. 1.

FERNANDES, Annibal. *Acidentes do trabalho*. São Paulo: LTr, 1995.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa Garcia. *Meio ambiente do trabalho: direito, segurança e medicina do trabalho*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2014.

GHERA, Edoardo. *Diritto del lavoro: il rapporto di lavoro*. Bari: Cacucci Editore, 2000.

GONÇALVES, Ionas Deda. *Direito previdenciário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOMCI, Arthur Laércio. A evolução histórica da previdência social no Brasil. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2104, 5 abr. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12493>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de direito previdenciário*. 16. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 16 out. 2016.

ISTITUTO NAZIONALE PER L ASSICURAZIONE CONTRO GLI INFORTUNI SUL LAVORO. Disponível em: <<https://www.inail.it/cs/internet/home.html>>. Acesso em: 16 out. 2016.

MANHABUSCO, José Carlos. *Responsabilidade civil objetiva do empregador decorrente de acidente do trabalho e do risco da atividade*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *A seguridade social na Constituição federal*. São Paulo: LTr, 1989.

MELO, Raimundo Simão de. *Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador: responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2008.

_____. Responsabilidade civil do empregador pelos danos ao meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2796, 26.fev.2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18580>>. Acesso em: 19 set. 2014.

MINISTÈRE DES AFFAIRES SOCIALES ET DE LA SANTÉ. Disponível em: <<http://www.social-sante.gouv.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MINISTÈRE DU TRAVAIL, DE L'EMPLOI, DE LA FORMATION PROFESSIONNELLE ET DU DIALOGUE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.travail-emploi-sante.gouv.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO. PROCURADORIA-GERAL DISTRITAL DE LISBOA. Lei n.º 98/2009, de 04 de Setembro. *Regulamenta o Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais*. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1156&tabela=leis>. Acesso em: 16 out. 2016

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional*. 8. ed. São Paulo: LTr, 2014.

_____. *Proteção jurídica a saúde do trabalhador*. 5. ed. São Paulo: LTr, 2010.

OPTIZ, Oswaldo; OPTIZ, Silvia. *Acidentes e doenças profissionais*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

PALOMEQUE LÓPEZ, Manuel Carlos; ALVAREZ DE LA ROSA, Manuel. *Derecho de trabajo*. 16. ed. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Arece, 2008.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Responsabilidade civil do empregador por ato do empregado. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2037>>. Acesso em: 21 set. 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEREIRA JÚNIOR, Aécio. Evolução histórica da previdência social e os direitos fundamentais. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 707, 12 jun. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6881>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PERLINGIERI, Pietro. *Il diritto civile nella legalità costituzionale secondo il sistema italo-comunitario delle fonti*. 3. ed. Napoli: Italiane, 2006.

PONGELLI, Giacomo. *Il risarcimento diretto nel codice delle assicurazioni*. Milano: Giuffrè, 2011.

RADÉ, Christophe. *Droit du travail et responsabilité civile*. Paris: LGDJ, 1997.

RAYNAUD, Pierre. De la responsabilité civile à la sécurité sociale: a propos de la nouvelle législation sur les accidents du travail. *Recueil Dalloz*, Chron, v. 23, p. 93-96, 1948.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. *Legifrance*. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. *Legifrance*. *Code civil*. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCodeArticle.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721&idArticle=LEGIARTI000032041571&dateTexte=20170111/>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. *Sécurité Sociale*. Disponível em: <<http://www.securite-sociale.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. *Service-Public*. Disponível em: <<http://www.service-public.fr/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

RIZZARDO, Arnaldo. *Responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ROSSI, Andrea. *L'infortunio sul lavoro e le malattie professionali*. Milano: Magioli Editore, 2010.

SAAD, Eduardo Gabriel. O acidente do trabalho, o benefício previdenciário e a indenização de direito comum. *Revista LTr*, São Paulo, v. 47, n. 8, p. 906, 1983.

SAAD, Teresinha Lorena Pohlmann. Previdência Social como instrumento de prevenção dos riscos do trabalho. *Revista de Previdência Social*, São Paulo, v. 20, n. 190, p. 781-784, set. 1996.

_____. *Responsabilidade civil da empresa nos acidentes do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1999.

SAMPAIO, Júnia Roberta Gouveia. *O financiamento da seguridade social*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2007.

SANTOS, Marco Fridolin Sommer dos. *Acidente do trabalho entre a seguridade social e a responsabilidade civil: elementos para uma teoria do bem-estar e da justiça social*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2015.

SERRA E GURGEL, J. B. *Evolução da previdência social*. Brasília: FUNPREV, 2008. Disponível em: <http://www.anasps.org.br/evolucao_historica_previdencia.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Direito do trabalho aplicado: segurança e medicina do trabalho, trabalho da mulher e do menor*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 3.

SILVA, José Afonso da. *Direito constitucional positivo*. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUZA, Mauro César Martins de. *Responsabilidade civil decorrente do acidente do trabalho*. Campinas: Agá Juris, 2000.

STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. 4. ed. rev. atual. e amp. 2. tir. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Tratado de responsabilidade civil*. 9. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013. t. 1.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito internacional do trabalho*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito previdenciário*. 12 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Acidente do trabalho e a nova Constituição. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 77, n. 635, p. 116–121, set, 1988.